

INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO DO ALUNO COM AUTISMO NAS AULAS ONLINE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Antonio Vinícius da Silva Nascimento ¹
Gleiciane Maria Gonçalves de Oliveira ²

RESUMO

A nova modalidade de ensino remoto adotada no Brasil para mediar as aulas, em resposta ao isolamento ocasionado pela pandemia, vem gerando debates e sendo fruto de pesquisas para compreender o seu manuseamento. O presente escrito, busca-se analisar as dificuldades e as adaptações pelos docentes e pelos alunos na educação especial, com foco em crianças com autismo. E discutir como essa comunidade e suas famílias lidam com um ensino antes tido como complementar ao processo de ensino-aprendizagem. Para o referente artigo, foram utilizados como metodologia de estudo, pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo, a fim de compreender essas questões com o que dizem os autores Vacilotto e Souza (2021); Lins e Andrade, (2020); Oliveira, et al. (2020); entre outros. As análises realizadas verificam que há um grau de dificuldade ao acesso do ensino remoto, que exige um desempenho didático mais elaborado, para que a comunidade presente no ambiente escolar, se ajuste a esse novo modelo. Há toda uma estrutura a ser preparada para que as aulas ocorram no ambiente virtual e para que, assim, atenda de forma eficaz às demandas dos discentes. Considera-se, que investir na formação de profissionais e na tecnologia escolar, colabora para a promoção da inclusão social, especialmente em um país com uma enorme quantidade de “diferenças” sociais e culturais.

Palavras-chave: Ensino remoto, Educação especial, Inclusão, Autismo, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem papel importante no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e traz consigo grandes desafios para o sistema educacional, exigindo das escolas novas modificações, a criação de formas e métodos de ensinar. E com a nova realidade vivenciada, devido a pandemia novos desafios surgiram para dificultar a inclusão do aluno com TEA. A pandemia de COVID-19 atingiu o mundo de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, vinicius.nascimento2012@hotmail.com;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, gleiciane.oliveira18@gmail.com.

repente mudando a vida de milhares de pessoas, provocando o fechamento do comércio e das instituições de ensino, com o objetivo de minimizar os danos causados.

No Brasil, a partir de março de 2020, os profissionais da educação, principalmente os professores, vem enfrentando uma nova realidade e precisam enfrentar novos desafios e reformular os métodos de ensino. Os professores tiveram que aprender a operar diversos equipamentos técnicos, usar softwares e aplicativos, gravar e editar vídeos. Refazer todo o plano de aula, tudo isso precisou ser implementado em um curto espaço de tempo, para que o ensino e aprendizagem não parecem e para a redução da propagação do vírus.

Embora isso tenha surpreendido a todos, a necessidade do ensino remoto é um resumo de um assunto há muito discutido: as escolas precisam usar a tecnologia em sala de aula. O ensino remoto tem se tornado uma solução interessante para a emergência que vivemos, pois pode viabilizar a continuidade das atividades educativas por meio da Internet para reduzir o impacto na aprendizagem de crianças e jovens que precisam se afastar da escola.

Porém, a educação presencial sofreu um golpe enorme com a mudança repentina da modalidade de ensino. A pandemia veio para mostrar como os investimentos em tecnologias, referente as escolas públicas são insuficientes. Ela também tornou mais explícito a desigualdade presente na sociedade e de modo geral na educação brasileira.

A educação especial é uma das partes que mais vêm sofrendo com a pandemia. Num espaço onde não existe mediação profissional para a aprendizagem, é difícil criar novos caminhos para a continuidade da educação especial, pois não existe na família o apoio que a escola proporcionava antes do impacto causado pelo COVID-19.

Diante do exposto, o presente escrito tem como objetivo refletir e discutir sobre os principais desafios enfrentados no ensino remoto, atualmente, em tempos de pandemia, por crianças com autismo. Esse trabalho encontra-se embasado em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Em sua base está documentos e relatórios oficiais, leis brasileiras de inclusão e autores que apresentam a relevância de uma educação igualitária, sem discriminação ou barreiras.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A realização do presente artigo, ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Saber de autores como: Vacilotto e Souza (2021); Lins e Andrade, (2020); Oliveira, et al. (2020); entre outros. Tais literaturas foram adquiridas em pesquisas em plataformas de cunho científico.

Depois de ler o material selecionado com profundidade, fomos capazes de descrever sobre a inclusão e adaptação do aluno com autismo nas aulas on-line durante a pandemia. Evidenciando que é preciso haver uma interligação entre a comunidade escolar e as famílias. Para que a escolar possa auxiliar os pais de crianças com autismo, assim, com os demais pais sobre a maneira como eles devem auxiliar seus filhos no processo de ensino-aprendizagem. Lembro sempre, que cada aluno tem sua subjetividade.

A PANDEMIA E O ENSINO REMOTO

Com o surgimento da COVID-19, foi necessário ao mundo inteiro tomar medidas para cessar o contágio da população. As previsões no Brasil garantiam que seriam em torno de 15 dias o isolamento em casa. Durante esses poucos dias, alguns estabelecimentos foram fechados na tentativa de controlar o vírus, porém circulava cada vez mais e infectava mais pessoas. Como os resultados não saíram como o esperado, foram programados mais dias para os cidadãos permanecerem em casa. Entretanto, os dias se tornaram meses e os meses logo marcaram um ano. A doença causou, além de mortes, grande impacto no mercado e na economia, bem como na educação de nível básico e superior, os fazendo buscar novos recursos para continuar os planos para aquele ano não ficar perdido. As instituições educacionais recorreram aos meios tecnológicos como um escape, que antes, se obtinha apenas como fonte de pesquisa ou estudo complementar. Hoje, o ensino remoto é utilizado como principal mediador, desenvolvendo por meio dele as atividades que as escolas promovem. Grande impacto também sofreram as relações interpessoais com o distanciamento. Familiares e vizinhos recuaram dos seus contatos e o convívio teve que esperar o fim da doença e infelizmente, nem todos tiveram forças para sobreviver, ademais a relação entre docentes e alunos que se tornou morna devido às consequências.

Apesar das pessoas estarem rodeadas pela tecnologia e pela internet, é tudo novo, e tudo não é tão simples como deveria ser. Caiu sobre os docentes a necessidade,

bem como a responsabilidade de lecionar nesse novo espaço, enfrentando desafios diários para manusear um ensino remoto que não era explorado como um todo. Houve e há dificuldades para adaptar-se, cobrando dos docentes um conhecimento prévio para seguir e manifestar uma interação espontânea e natural com os alunos.

Independentemente de sua formação acadêmica, tempo de atuação, local onde atua, nível de ensino que leciona, opiniões pessoais ou especialização no assunto, os docentes passaram a mediar suas aulas por tecnologias digitais e suas estratégias de intervenção pedagógicas tiveram que ser reinventadas do dia para a noite. (VACILOTTO E SOUZA, 2021, p. 99-100).

Do dia para noite, por necessidade de seguir educando, os docentes buscaram enfrentar esses desafios. Não somente para os adultos e adolescentes, mas as crianças também passaram por esse desafio e tiveram de recorrer às tecnologias. É difícil manter a concentração nesses novos métodos, já que todos foram postos em casa, local de descanso ou de tarefas básicas. Em outras palavras, pode-se definir o lar como um ponto de acomodação, e contrário à escola, onde se acolhia e colocava os que a frequentavam em ritmo constante de trabalho e exercício educacional. É um processo de busca por ferramentas tecnológicas que os profissionais entraram, com ou sem preparo, para dar continuidade ao plano pedagógico, estimulando os educandos a viver o período de ensino remoto da melhor forma.

O desafio do professor, portanto, é observar essas mudanças para compreendê-las, no âmbito de seu trabalho pedagógico, a fim de que possa ressignificá-lo, atualizá-lo. Isso exige um tempo mais longo para formação dos envolvidos no processo, com preparação de infraestrutura tecnológica que vise à aprendizagem. Entretanto, com a suspensão das aulas, o ensino remoto entra em cena como resposta à crise e o professor, sem tempo de parar para refletir, precisou agir na urgência. (OLIVEIRA, et al. 2020, p. 31).

É importante salientar que nem todas as escolas e instituições possuem estrutura para sustentar esse ensino. Acontece de, em alguns casos, os professores ou administradores terem de tirar dos próprios bolsos, recursos que possam ‘quebrar um galho’ até que a situação mude.

É necessário investimento, sobretudo, de políticas públicas que garantam o acesso a tais recursos, provendo o mínimo necessário para a possibilidade de adoção de práticas que foram devidamente comprovadas como eficazes no

processo de educação. Caso contrário, se não forem adotadas medidas essenciais para a continuidade dos estudos, seja em momentos adversos, ou não, permanecerá a existência de barreiras educativas que irão provocar o afastamento e assim a marginalização de uma sociedade (CUNHA; HENRIQUES; ARAÚJO, 2016 apud PEDROSA, 2020, p. 4).

E como os alunos fazem para ter acesso? Simplesmente, alguns não têm acesso à internet ou equipamentos tecnológicos que sirvam de apoio para o estudo remoto, como um smartphone, que é bastante popular nos dias atuais. A realidade de um é diferente da do outro, e aquela família acaba tendo dentro de casa o básico: comer e beber. Existem famílias que não possuem eletricidade em casa, água ou comida, e a escola acaba sendo uma alternativa de ‘sentir’ esse gosto. Ainda que a escola encontre alternativas para amparar os alunos sem estrutura, podem haver casos em que os responsáveis não conseguem mediar os filhos, pois não têm uma rotina que abra esse espaço, ou não possuem um conhecimento mínimo para instruir nas lições em casa.

Essa realidade acrescentou mais um item à lista de afazeres dos docentes: preparar atividades que pudessem ser impressas e entregues aos alunos sem acesso ao ensino remoto. Esses alunos, se tiveram dúvidas, dificuldades, falta de motivação, não puderam contar com a mediação de seus docentes. Eles dependeram de os pais ajudá-los, o que, em muitos casos, e por diversos motivos, não ocorreu. (VACILOTTO E SOUZA, 2021, p. 101).

Vacilotto e Souza chamam a atenção para dificuldades que podem surgir em relação aos métodos de ensino após o fim da pandemia, como estarão psicologicamente os professores para atuar em sala, quando se acostumaram a um quadro de salas virtuais que os sobrecarrega e que o contato humano se torna superficial, igualmente, os alunos que não são constantes nas aulas ou não aparecem. Em suas pesquisas, apresentam as visões dos docentes em relação ao fechamento das escolas, e assim fica registrado reações negativas desse período remoto, onde se questionam como funcionará o acesso a todos e até quando deverá permanecer essa alternativa, já que é bastante difícil essa iniciação de forma brusca. Sem uma formação adequada, o estudo se torna lento e improdutivo, causando o desinteresse de quem recebe e de quem media o conhecimento. A preocupação com a mente dos professores se dá por motivos de sobrecarga dentro do trabalho, já que tem mais configurações a serem feitas para que a aula em si suceda. Além do mais, existe uma rotina e outras funções para se cumprir em um lar, e o isolamento causa essa confusão dentro do ambiente.

É de relevância destacar dentro da pesquisa das autoras que, ainda que a maioria dos profissionais entrevistados obtenham domínio ou utilizem a tecnologia em seu trabalho, não são todos que veem como justa a mediação tecnológica, com base nos argumentos já anteriormente discutidos. Levam então a refletir sobre a maneira como devem ser utilizados os meios tecnológicos, devendo ocorrer como um apoio complementar para auxiliar o que o professor já possui no ambiente escolar, de modo a reforçar e favorecer sua didática. Outros viram de um ponto que a pandemia abre os olhos das escolas a verem como estavam agindo e revisar suas metodologias de ensino para que possam se atualizar quanto ao transmitir conhecimento. Mas ainda assim, não é deixado de lado o desejo de retomar às aulas presenciais.

AUTISMO, CONHECER PARA INCLUIR

Conhecer o Transtorno do Espectro Autista é fundamental para sua compreensão e para a prática da inclusão, uma vez que as escolas poderão adaptar o currículo, bem como o professor conseguirá conduzir a aula de forma que todos na sala possam entender o conteúdo. Em uma sala com criança com autismo, o educador contará com a ajuda do mediador escolar que é responsável por acompanhar e auxiliar o educando com deficiência a se adaptar e criar suas próprias ferramentas para desfrutar do espaço escolar. A Lei Berenice Piana como é conhecida (LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012), garante para criança com autismo o direito a um acompanhante especializado (mediador escolar), se comprovando a necessidade da mesma. O mediador junto com a equipe pedagógica, irão trabalhar em conjunto para efetivação da inclusão.

O autismo é considerado pela ciência uma condição de saúde, onde há vários graus de comprometimento, podendo estar associado a outras comorbidades e condições clínicas como TDAH, deficiência intelectual, esquizofrenia, ansiedade, fobia, distúrbio do sono, transtorno do processamento sensorial, entre outros. Além disso, podem ter altas habilidades e superdotação, que é uma condição que foge do padrão de desenvolvimento, mas não por isso, as crianças com essas características podem precisar de suporte e apoio para lidar com situações do seu cotidiano (LINS E ANDRADE, 2020, p. 84).

O autismo nem sempre estar só, em muitos casos ele vem acompanhado de outras diversidades e condições clínicas que podemos prejudicar ainda mais as

habilidades sócias da criança com autismo, como também pode vir acompanhado de altas habilidades e superdotação, todavia independentemente de qual desses quesitos o autismo vir acompanhado, a pessoa portadora do autismo pode precisa de uma acompanhante o seu auxilio no dia a dia.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua 5ª edição (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), o Transtorno do Espectro Autista acomete a sequência e a qualidade do desenvolvimento da criança, uma vez que características essenciais do autismo são alterações significativas na comunicação e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Diante das consequências advindas do autismo, o desenvolvimento de habilidades básicas se faz necessário.

Passerino e Santarosa (2006), enfatizam que o autismo pode atingir até três áreas, sendo elas a interação social, a comunicação e o comportamento. O TEA tem outro déficit presente, a falha na simbolização. Esse é o déficit presente na vida de pessoas com autismo, em que elas compreendem os símbolos como os próprios objetos, tomando situações metafóricas de forma literal. Matricular o aluno com autismo em uma turma de ensino regular é o primeiro passo, mas não garante a inclusão do mesmo.

É necessário que a inclusão escolar seja sinônimo de aprendizagem e desenvolvimento, ou seja, não é apenas matricular a criança autista, sem se preocupar com um conteúdo escolar que direcione a este aluno, como um sinal de que a escola apenas queira números, ou esteja fugindo de punições que a esta pode sofrer ao não aceitar uma criança com necessidades especiais. O processo de inclusão acontece na medida em que a escola recebe o aluno, promovendo atividades que efetivamente desenvolvam suas habilidades e interesses (PEREIRA, 2018, p. 22).

O processo de incluir na atualidade ainda está se firmando, ou seja, se faz necessário difundir o conhecimento sobre o que é autismo e o papel do mediador escolar para que finalmente a inclusão seja uma realidade nas escolas e não apenas uma maneira de fugir de punições decorrentes da não aceitação da pessoa com necessidades especiais. Segundo Camargo e Bosa (2009), a interação entre a criança com autismo e as demais crianças da mesma faixa etária propiciar contexto sociais que colaboraram para vivenciar experiências que dão origem à troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO

Sabe-se que, na atualidade, tomou-se por parte da população a conscientização da inclusão social de pessoas caracterizadas como "especiais". As campanhas em cima disso buscam informar para aqueles que não conhecem, a importância de incluir pessoas com deficiência nos círculos da sociedade, para que possam viver como qualquer outro ser humano. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 15% da população vive com algum tipo de deficiência, e é a partir dessa referência que deve-se tomar consciência para conhecer sobre a vida deles e contribuir positivamente, identificando se estão com seus direitos garantidos ou se ainda há o que pode ser conquistado. Se a população não tem conhecimento, ela não pode contribuir para o engajamento desses cidadãos na comunidade, principalmente nos locais públicos, como a escola. E bem sabe-se que o que é relevante deve ser discutido e propagado. Partindo desse ponto, é possível conceituar a educação especial a partir do que diz a Lei de diretrizes e base: Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Para mais, pode-se entender que:

Educação inclusiva não diz respeito exclusivo às pessoas com deficiência. A compreensão de que cada um aprende de uma forma e em um ritmo permite um planejamento coletivizado das estratégias pedagógicas considerando todos os estudantes da turma, com ou sem deficiência. Educar na e para a diversidade é trabalhar na perspectiva real de garantia de educação para todas e todos, aprimorando a qualidade do fazer pedagógico (Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, 2020, p. 12)

O direito à educação é assegurado desde a educação infantil, havendo sempre que necessário um apoio para que as escolas recebam e cuidem da maneira como merecem as pessoas especiais, é dever do Estado. Então, caso haja uma recusa de escola em matricular o aluno que depende desse ensino especial, o responsável deve procurar as autoridades para denunciar a atitude e punir a instituição ou os seus administradores.

A educação especial também vem sofrendo com o fechamento das escolas e, parando para analisar, é de relevância lembrar para onde esses estudantes voltaram: suas casas. Assim sendo, os professores tiveram de adotar, se reinventar e buscar novos

meios para lidar com a situação no Brasil. Como o próprio Guia de educação especial na pandemia denuncia, o descaso com essa modalidade acontece dentro do cenário pandêmico, mas não se resumindo apenas a esse período. Criar novos meios para dar seguimento ao ensino especial se torna difícil em um espaço onde não há profissionais mediando os estudos, pois nas moradias não há esse suporte que a escola já vinha oferecendo antes de ser afetada, mesmo que os pais ou responsáveis sejam os mais engajados com estes indivíduos, exige tempo e habilidade para mediar dentro do ambiente virtual.

As famílias dos docentes, na mesma proporção, não foram poupadas dos desdobramentos da pandemia e do distanciamento social. Os docentes, tanto quanto os outros, perderam familiares, amigos e colegas de trabalho. Também, enfrentaram redução de poder aquisitivo e desemprego, deles ou de seus familiares. Da mesma forma, os docentes não ficaram imunes ao medo, à ansiedade e à angústia que a pandemia gerou na população em geral (VACILOTTO E SOUZA, 2021, p. 102).

É preciso que a esses responsáveis seja garantido uma licença para que estejam trabalhando em casa, visando também o acompanhamento do seu familiar especial, contribuindo para que estejam tendo uma educação remota digna na medida do possível, como os outros estudantes do país. Se não há tempo, visto que estão trabalhando fora, então essa família está vulnerável à contaminação pelo vírus e tendo uma rotina totalmente cheia. Assegurados de um trabalho remoto com remuneração, estão mais disponíveis a acompanhar como está o desenvolvimento do seu familiar nas aulas. Ainda assim, seria difícil que todos conseguissem um acesso simples e prático dentro dos meios tecnológicos. Instruir e seguir com as atividades escolares é desmotivante se não há internet e equipamentos que permitam recebê-la em casa. São empecilhos que chamam à reflexão para que a sociedade não se acomode em questões não resolvidas dentro do país e que, possam despertar em muitos a voz que outros não têm.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de discussão, foram levantadas as consequências que a pandemia trouxe para a comunidade escolar no Brasil, mais especificamente, para aqueles que integram a educação especial. A partir desses pontos levantados, pode-se firmar ideias e pensamentos essenciais, ou acrescentar novos, para que se obtenha

informações sobre o TEA, influenciando posicionamento e atitudes inclusivas dentro da população.

É notável que há um grau de dificuldade ao acesso do ensino remoto, que exige um desempenho didático melhor elaborado, que se ajuste à esse novo modelo, visto que há toda uma estrutura a ser preparada para que as aulas ocorram no ambiente virtual e que atenda de forma eficaz às demandas dos discentes. Há também no âmbito familiar dos alunos, a ausência de um apoio que torne o ensino possível, que venha suprir as necessidades econômicas e de trabalho que demandam tempo e esforço. Logo, é perceptível o descaso e desamparo desses por parte do Estado.

Em vista disso, falta a esses profissionais um investimento que os prepare, tornando-os cada dia mais capacitados a exercer sua função, podendo mediar os conhecimentos de maneira leve e estruturada, respeitando as diferenças e as limitações de cada aluno receptor, entendendo que há contextos há serem compreendidos e amparados neles. Não se resumindo apenas aos professores, todavia a todos os membros escolares e da sociedade contemporânea, cabendo aos responsáveis por administrar o país, como o Ministério da Educação, ações que movimentem e solucionem essas pautas. A escola deve estar ambientada com equipamentos que visem um conforto e a desenvoltura dos alunos, para trabalhar e exercitar suas habilidades. Esses investimentos não só contribuem significativamente com as necessidades diárias, como podem vir a salvar as ocorrências futuras, evitando mais caos e despreparo na educação.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. 5 ed. Porto Alegre : Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psico Soc.** Florianópolis, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

LINS, M. C.; ANDRADE, R. A mediação psicopedagógica no processo de aprendizagem de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil. **Revista Educação em Foco**, n. 12, p. 80-95, 2020.

PASSERINO, L. M.; SANTAROSA, L. M. C. Possibilidades da mediação tecnológica na inclusão escolar de autistas. In: XII Workshop de Informática na Escola, **Anais do workshop de informática na escola**, Campo Grande: 2006. Disponível em: <<https://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/view/900>>. Acesso em 2 de nov. 2020.

PEREIRA, A. C. S. **Um estudo sobre a inclusão escolar, de avanços com transtorno de espectro autista**. Amargosa, 2018. 50 p. Monografia - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; PEREIRA, Adriana Alonso; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. **De repente, uma pandemia**: Discussões sobre os processos educacionais durante o período de distanciamento social. 1. ed. Brasil: Editora Fi, 2021. 222 p. ISBN 978-65-5917-054-8. DOI 10.22350/9786559170548. Disponível em: <https://www.editorafi.org/054pandemia>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TORRES, Josiane Pereira; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Educação especial e a Covid-19: o exercício da docência via atividades remotas. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 824-840, 2020.

PEDROSA, Gabriel Frazao Silva. O uso de tecnologias na prática docente em um pré-vestibular durante a pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 86-91, 2020.

DA SILVA OLIVEIRA, Sidmar; SILVA, Obdália Santana Ferraz; DE OLIVEIRA SILVA, Marcos José. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2020.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394. 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em julho de 2021

MOREIRA, Alexandre *et al.* **Guia COVID-19 Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**: Informe-se e saiba como agir, cobrar e trabalhar pela educação de maneira colaborativa. Brasil: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2020. 29 p. v. 7. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/guia-7-covid-19-educacao-especial-na-perspectiva-inclusiva/>. Acesso em: 25 jul. 2021.